

**HABEAS CORPUS Nº 567.956 - SP (2020/0072637-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : MAURICIO CLEUDIR SAMPAIO  
**ADVOGADO** : MAURICIO CLEUDIR SAMPAIO - SP215877  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MARCO AURELIO MOREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCO AURELIO MOREIRA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 0001348-58.2020.8.26.0000).

Consta dos autos ter sido o paciente preso em flagrante, custódia essa convertida em preventiva, pela suposta prática do crime previsto no art. 155, § 4º, I e IV, do Código Penal (furto qualificado).

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a liberdade do ora paciente, a ordem foi denegada (e-STJ fls. 63/67).

Neste *writ*, sustenta a defesa excesso de acusação, pois não se trata de furto consumado, mas sim tentado, bem como inexistir motivação idônea para a segregação antecipada.

Afirma que a atual pandemia pelo COVID-19 reforça a necessidade de soltura do paciente, sobretudo porque não se trata de delito cometido mediante violência ou grave ameaça e porque o delito anterior, que serviu de justificativa para a manutenção da custódia, ocorreu há muito tempo.

Busca, inclusive liminarmente, seja revogada a segregação antecipada do paciente.

É o relatório.

**Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, uma vez que, além de a prisão, ao que tudo indica, estar amparada na reincidência do paciente, já que constam de sua folha de antecedentes passagens anteriores por roubos e furto, a defesa não juntou aos autos a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, de modo que o *writ* não se encontra suficientemente instruído.

Ademais, não se pode olvidar que a questão referente ao COVID-19 não foi submetida ao crivo das instâncias ordinárias, o que configura, no ponto, indevida supressão de instância.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como se verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator